

TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL, UMA ANÁLISE ESPACIAL*

Fany Davidovich **

A primeira reflexão que ocorre ao abordar um tema como esse é a sua reconhecida complexidade, associada à multiplicidade de questões que suscita e ao grande número de situações novas que comporta.

Escapa aos propósitos do presente texto desenvolver tais colocações. Adianta-se, contudo, que uma questão importante remete ao próprio conceito de urbanização, sujeita a controvérsias e a diferentes interpretações, a partir das quais se pautam diferentes enfoques sobre tendências que se estruturam ou até mesmo que devam ser incentivadas. Encontram-se, assim, posições que focalizam a urbanização com base nas suas dimensões demográficas ou ecológico-demográficas, no que se privilegiam o aumento do segmento urbano da população, a dinâmica da concentração e os problemas que daí derivam. Uma concepção mais abrangente do fenômeno é a que o interpreta como um processo social multidimensional, associado a profundas mudanças na produção *lato sensu*, as quais rebatem em todas as instâncias da sociedade, a nível nacional e internacional.

Outras posturas denunciam, porém, a falta de um sistema conceitual de explanação, reivindicando a necessidade de um objeto teórico adequado para o urbano, embasado nos processos reais da sociedade e nas vias de sua legítima transformação (Corraggio, 1988). Na interpretação do citado autor, a investigação do urbano na América Latina deveria implicar uma proposta de ação estribada na organização popular, à qual estaria afeto o trabalho técnico. Para outras correntes de opinião, a necessidade de uma nova teorização sobre o urbano sustenta-se, fundamentalmente, no que é apontado como crise do planejamento que, envolvendo um projeto de racionalização da cidade sob a égide do Estado, se arvorou, durante algum tempo, em resposta à questão urbana. Coloca-se, assim, em pauta o imperativo de reconstrução do urbano, a partir de novas temáticas e de novas interpretações, em face da superação de situações e experiências conhecidas, em face do que tem sido apontado como a decadência da cidade.

A complexidade do tema, a que se aludiu de início, encontra, por tanto, uma de suas

* Recebido para publicação em 8 de novembro de 1988.

** Analista Especializada em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 51 (1): 73-88, jan./mar. 1989.

bases em problemas conceituais aqui esquematicamente apresentados. Problemas esses que se ampliam quando se admite associar tendências da urbanização às próprias tendências do sistema social em curso que, afinal, se refere a uma sociedade cada vez mais urbana. São observações que levam a refletir que a questão urbana não constitui, apenas, uma face da questão social, mas, provavelmente, sua representação mais concreta, de vez que os problemas urbanos reportam-se, progressivamente, a problemas da sociedade inteira. Como diz Castells (1983), o urbano contemporâneo envolve a mobilização de uma consciência coletiva, preocupada com a mudança da velha ordem das coisas e com a adoção de novas formas de vida. Ou como se refere Carrión (1988), o urbano representa o "lugar e eixo do novo modelo de acumulação" *locus* por excelência do debate político-ideológico e do desafio a soluções.

Sob tal ótica, torna-se possível especular sobre a associação entre tendências da urbanização e tendências da pós-modernidade. Vale assim refletir até que ponto a sociedade do conhecimento e da informação, que vem de substituir a sociedade industrial da técnica e da máquina e que implica reformulação do papel do Estado, não corresponderia à sociedade urbana concebida por Lefèbvre (1974). Torna-se também possível considerar que tendências atuais da chamada "desurbanização" e "desindustrialização" representariam, na verdade, novas faces do urbano contemporâneo, enquanto superação de formatos e estruturas sociais anteriores.

Mais uma vez cabe assinalar que o presente texto não tem esse alcance, o que não impede de ressaltar a necessidade de análises acuradas sobre a situação do Brasil na contemporaneidade. Tema esse que leva a apontar a crise de paradigmas relativos ao processo de desenvolvimento, o da CEPAL em particular, e a de parâmetros para projetar o futuro, agravados em face das incertezas criadas por condições nacionais adversas. Paralelamente, devem ser consideradas as repercussões no país, de processos que se caracterizam em nações avançadas, tais como a crise fiscal do Estado, o programa de privatização, a transição para uma

economia total de mercado, regida pela lógica do capital em escala planetária, questões essas que colocam em causa a superação de modelos desenvolvimentistas, apoiados por um Estado protetor do capital.

Os objetivos do presente trabalho são, porém, limitados, na medida em que pretende tão-somente proporcionar uma leitura das tendências da urbanização através da interpretação de transformações recentes de seu contexto espacial. Referenciada ao desenvolvimento capitalista do país, essa análise tem esbasamento empírico, partindo de informações relativas ao modelo urbano-industrial que foi elaborado. Aponta-se, assim, para uma de suas restrições, derivada, neste caso, da falta de indicadores e de estudos específicos a respeito de processos novos em gestação ou que já têm manifestação concreta na sociedade brasileira.

A tônica no contexto espacial da urbanização não decorre, apenas, do fato de se tratar de uma abordagem de natureza geográfica. A preocupação central é de trabalhar com a relação Sociedade/Espaço, que converge para o conceito da urbanização como um processo social multidimensional. Considera-se que o espaço é uma dessas dimensões, a partir de sua produção e uso pela sociedade, que o integra de diferentes formas ao longo de seu desenvolvimento histórico. Significa dizer que ele é compreendido como base material de reprodução das relações sociais, como produto e como meio, e, portanto, como um elemento constitutivo e não apenas reflexo ou receptáculo de ações humanas.

É sob essa ótica que se entende o papel do espaço no processo de urbanização. De acordo com Lefèbvre (1974), em economia capitalista, a ocupação progressiva do espaço e sua transformação em mercadoria constituem meios fundamentais para viabilizar a acumulação e a circulação do capital. O componente espacial da urbanização tem encontrado particular representação no sistema de cidade e sobretudo na metropolização, constituída em ápice da valorização capitalista do espaço.

Parece válido admitir que a urbanização acelerada ainda está à frente das grandes modificações sociais e territoriais do Brasil

de hoje que, do ponto de vista demográfico, abriga uma sociedade majoritariamente urbana. Ressalta, assim, a importância de análises sobre transformações do espaço para uma sociedade em mudança como a do nosso país.

Paralelamente, colocam-se como questão as tendências de um urbano que foi sustentado e que sustentou um poder estatal onipresente no cenário nacional. Justificam-se, portanto, preocupações sobre as perspectivas de uma estrutura urbana tão estreitamente associada ao desenvolvimento e consolidação do Estado, em face das reformulações de funções e de poder a que vem sendo submetido na atualidade (Davidovich, 1984). Preocupações essas a que se somam as que decorrem de mudanças recentes no trato oficial do urbano no país. Com efeito, num curto lapso de tempo, tem-se assistido à substituição do Ministério do Desenvolvimento Urbano, seguida pela do Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente e finalmente pelo Ministério da Habitação e Bem-Estar Social. Pode-se cogitar que a abordagem do urbano como um processo global e multidimensional foi preterida a favor do enfoque setorial, outras atribuições urbanas sendo pulverizadas entre diferentes ministérios.

Como antes mencionado, a análise das tendências da urbanização, a que o presente trabalho se propõe, vai partir das transformações que se operaram no modelo espacial estruturado pelo desenvolvimento capitalista industrial. Uma primeira referência diz precisamente respeito a um esquema sobre características gerais daquele modelo.

O MODELO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL

A literatura especializada tem associado esse modelo à concentração e centralização espacial dos meios de produção, do mercado de trabalho e de consumo, das unidades de controle e decisão. Ênfase particular é conferida ao papel do Estado na condução de um modelo de crescimento econômico e

de modernização acelerada. Igualmente têm sido consideradas as implicações territoriais da expansão do capital em escala planetária, sobretudo a partir dos anos 70 (Davidovich, 1984, 1988). Implicações essas que estariam associadas à crescente integração da economia nacional a um espaço global "racional" e "homogeneizado" pelo crescente domínio da alta tecnologia, do progresso das comunicações e da grande mobilidade dos fluxos financeiros e de informação.

Uma tentativa de interpretar formas de inserção do espaço nesses rumos da política econômica fez considerar, a nível macro, os seguintes circuitos ou escalas da urbanização (Davidovich, 1978):

a — o circuito da Metropolização, que foi particularmente reforçado como *locus* principal da indústria e dos investimentos estatais. Representa, assim, a dimensão mais importante da produção e do consumo, ainda que comporte diferenciações sensíveis entre as nove regiões metropolitanas oficiais algumas das quais ainda não completamente organizadas pelo capital. Além das referidas entidades, também se incluem nesse circuito outros tipos de aglomerações urbanas e cidades de porte variado, em função de sua maior integração à economia metropolitana;

b — um outro circuito da urbanização diz respeito a centros com funções dominante-mente regionais, em que o setor produtivo principal se encontra no campo. Um rebatimento da expansão transnacional da economia pode ser reconhecido no estímulo à lavoura de exportação, que implicou intensa especialização e tecnificação no setor rural. Aumentou, deste modo, a concentração urbana em algumas cidades do interior, convertidas em pontos de apoio dessa expansão agrícola; e

c — um circuito, que se reporta à fronteira de recursos, refere-se, basicamente, à ampliação do contexto geográfico da sociedade, mediante a extensão do espaço produzido em áreas de baixa densidade demográfica e econômica. A urbanização foi adotada como estratégia prioritária, referendada pela SUDAM, com vistas à exploração agromineral na Amazônia e suas bordas, áreas essas que registraram os maiores

crescimentos relativos de população urbana no país, entre 1970 e 1980 (Becker, 1986a).

Em largos traços, tal esquema espacial da urbanização pode ser tomado como uma expressão da divisão territorial do trabalho em curso no espaço nacional. Encontra também apoio conceitual na idéia de "fluidez do espaço" (Santos, M., 1984), que decorre da velocidade adquirida pelos meios de comunicação, pela extensão dos sistemas viários, pela modernização e progresso técnico da infra-estrutura, convergindo para uma crescente socialização urbana do espaço (Schmidt, B. Viero, 1982).

A idéia dos circuitos ou escalas da urbanização permite colocar em causa o critério de contigüidade física que tem fundamentado a análise de áreas de influência urbana. Com efeito, admite-se que a fluidez do espaço, implícita nesse conceito, contribui para subverter as relações baseadas em tal critério, bem como a identificação de tipos de cidades apenas pelo tamanho populacional, já que importaria em analisar os centros urbanos pela posição que ocupam em diferentes circuitos da urbanização.

A literatura especializada, bem como a imprensa falada e escrita, tem dedicado particular atenção aos problemas que se avolumam no quadro urbano do país com a expansão de uma economia tornada cada vez mais complexa, que se mostrou porém incapaz para atender a demandas de grandes parcelas da população. Contudo, pode-se admitir que essa urbanização "deu certo" para o projeto de crescimento econômico, pois, em 1980, o Brasil figurou como oitava potência industrial no mundo capitalista, a despeito de uma posição muito inferiorizada quanto às condições de vida da população.

A interpretação das transformações espaciais urbanas do país, como eixo das considerações sobre tendências da urbanização, constitui-se na referência que se segue. Referência essa que diz respeito a um quadro urbano em reestruturação, que, como antes mencionando, atende sobremaneira a injunções da economia capitalista no Brasil. A idéia da estreita conexão do urbano com formas de expansão capitalista no país, que pode ser taxada de certo reducio-

nismo, encontra porém apoio na orientação da política econômica adotada em diferentes períodos. Alude-se, efetivamente, ao privilegiamento de modelos de crescimento econômico, que têm vigido baseados na busca de eficiência e de modernização acelerada.

UM QUADRO URBANO EM REESTRUTURAÇÃO

O conceito de reestruturação tem merecido atenção de estudiosos de diferentes áreas das ciências sociais. De maneira muito sucinta, pode-se assinalar que o termo envolve a idéia de um processo em curso a nível internacional, enquanto expressão de novas injunções criadas pela retomada da acumulação. Injunções essas que implicam, entre outros aspectos, o privilegiamento de setores de ponta e a superação do modelo keynesiano, na medida em que acenam para a redução de benefícios sociais e da política de pleno emprego. Implicam, também, o esmorecimento da imagem de um estilo de vida urbana padronizado e em crescente difusão, dado o aparecimento de estratégias de sobrevivência e de formas inéditas de adaptação que envolvem uma nova estruturação social. Alude-se, assim, a um momento em que proliferam situações sociais muito diferenciadas, comportando tendências opostas, mas articuladas: de um lado a intensificação de uma polarização social e de outro lado a de uma fragmentação social, correspondendo a um crescente hiato entre grupos afluentes e grupos pauperizados, confinados a múltiplas atividades de baixa remuneração (Mingione, 1988).

No presente trabalho, a idéia de reestruturação que se está assumindo diz respeito a transformações territoriais que decorrem do processo de valorização capitalista do espaço, enquanto movimento de contínua construção/destruição/reconstrução, de criação e recriação (Moraes e Messias da Costa, 1987).

Momentos de reestruturação do formato urbano no país podem ser relacionados a impasses enfrentados pela acumulação, tais como (Davidovich, 1987):

— a crise dos anos 30, que tornou imprescindível criar novos canais de acumulação e que proporcionou considerável impulso ao crescente papel do Estado. A grande cidade, e particularmente, o Rio de Janeiro, constituiu-se em suporte político ideológico de novos rumos do poder e de um projeto econômico de caráter nacionalista;

— um outro momento de reestruturação remete ao período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento da industrialização implicou o esgotamento do formato urbano anterior. O novo formato envolveu, então, não só a grande cidade, que extravasou de seus limites, elaborando o contexto metropolitano, como a expansão dos meios de transporte, das redes de energia, e a de outros elementos da infraestrutura. Atendia, assim, ao projeto de integração nacional e às necessidades de circulação do novo valor então gerado pela expansão da economia industrial. Nesse contexto, a fundação de Brasília constituiu-se em uma base de consolidação do avanço para a fronteira interior;

— um momento de reestruturação mais recente diz respeito a mudanças econômicas, sociais e políticas que se processaram principalmente a partir dos anos 70. Entre outros fatos, vale mencionar a sucessão de crises, os períodos de expansão e retração do mercado de trabalho, além de importantes medidas tomadas no plano político. Citam-se aqui os Planos Nacionais de Desenvolvimento, e a preocupação mais concreta do urbano no II PND, visando a assegurar a realização de uma ordem capitalista moderna numa sociedade de base predominantemente urbana. Citam-se, também, a oficialização das nove regiões metropolitanas, a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, a descentralização administrativa que rebateu na expansão de capitais estaduais, a multiplicação de núcleos nas frentes pioneiras agrominerais.

Um aspecto importante foi a verdadeira mutação social produzida pelo crescimento populacional urbano, que acusou a taxa média geométrica de incremento anual de 4,4%, enquanto o da população total foi de 2,5%. As áreas urbanas passaram a reunir cerca de 2/3 da população brasileira, apre-

sentando forte tendência à concentração espacial. Do acréscimo de quase 30 milhões entre 1970 e 1980 no total de habitantes do país, 18 milhões se agruparam em um número reduzido de municípios, 300 aproximadamente, de um conjunto superior a 4 mil no Território Nacional. São predominantemente aqueles que integram as Regiões Metropolitanas e as aglomerações urbanas de seu entorno.

É com base nesses processos que se está concebendo a reestruturação do quadro urbano brasileiro, segundo espaços urbanos já consolidados, mas submetidos a intensas transformações, e espaços urbanos ainda em estruturação (Davidovich, 1987, 1988).

Espaços urbanos em reestruturação

a — Em primeiro lugar, cabe menção às Regiões Metropolitanas, nas quais se distingue:

— a reestruturação advinda de políticas de renovação da cidade central, que correspondem, geralmente, a externalidades proporcionadas pelo investimento público. Trata-se de empreendimentos que promove elevada valorização do preço da terra urbana e têm favorecido grupos de pressão, conforme assinalam diversos estudos a respeito. Essa grande valorização do solo urbano na cidade central das Regiões Metropolitanas, onde é diferenciada, constitui-se em um fator de expansão da periferia metropolitana. Entre 1970 e 80, os municípios dessa faixa nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Belo Horizonte acusaram grandes aumentos populacionais, respectivamente, de cerca de 85% e de mais de 100%, no que se caracteriza uma acentuação da segregação sócio-espacial;

— Um outro aspecto de reestruturação do espaço metropolitano diz respeito à produção específica de grandes formas materiais que respondem por nova morfologia urbana, tanto nos municípios centrais, como nos da periferia metropolitana. Vale distinguir os que resultam da ação pública direta, como os conjuntos habitacionais, os distritos industriais, os centros de convenção, os *campus* universitários, os blocos monumentais erigidos pelo aparato estatal e outros; e os que resultam da ação privada como os *shopping centers*, os condomínios

exclusivos, as residências secundárias, os loteamentos. Vale também chamar a atenção para os grandes vazios que se encontram no espaço metropolitano, correspondendo, via de regra, a uma terra urbana monopolizada por alguns poucos grupos, como reserva de valor. Estima-se que no Rio de Janeiro existe mais de um milhão de terrenos vagos, enquanto na metrópole paulistana a disponibilidade é avaliada em cerca de 10 mil hectares.

As características apontadas não se manifestam de maneira uniforme em todas as entidades metropolitanas, a partir mesmo de suas diferentes formas de articulação com o mercado capitalista. Algumas dessas aglomerações se constituíram, principalmente, no "espaço de circulação e realização de mercadorias produzidas noutras regiões", como assinalaram Casimiro e Gondim (1987) ao analisar a Região Metropolitana de Fortaleza.

b — Mais um aspecto de reestruturação do espaço urbano no país refere-se a tendências de subversão da rede hierarquizada de centros em determinados contextos espaciais. De um lado, verifica-se que, dada a grande fluidez adquirida pelo espaço, ocorrem mudanças em funções tradicionais de cidades inseridas no entorno metropolitano. Com efeito, a facilidade de acesso à metrópole e, em certos casos, a distribuição relativamente homogênea de equipamentos urbanos contribuem para romper a organização anterior, baseada em aglomerados com hierarquia escalonada e suas respectivas áreas de influência. Essas características são particularmente visíveis em trechos de atividade industrial importante, e sobretudo no Estado de São Paulo. Elaboram-se, deste modo, complementaridades numa região de múltiplos centros urbanos, a região polinucleada (Davidovich; Lima, 1975).

De outro lado, cabe menção à polarização espacial que determinadas cidades passam a exercer, o que pôde ser identificado por um acentuado crescimento populacional entre 1970 e 1980. Trata-se, basicamente, da absorção de funções urbanas que tais centros chegam quase a monopolizar, tendendo a esvaziar a rede urbana tradicional. É o caso de capitais estaduais, onde se afirmou o setor governo e o papel de interesses

políticos na atração de investimentos. São exemplos Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) ou Porto Velho (RO).

Polarização espacial, também, é reconhecida em cidades que crescem, via de regra, a expensas de centros menores da mesma região e da população expulsa do campo, em função do avanço da modernização da agricultura e/ou de transformações na produção, como a mudança da lavoura para a pecuária. Exemplificam-se com Cascavel (PR), Montes Claros e Uberlândia (MG), Arapiraca (AL). Em algumas das cidades, a polarização decorre, também, de seu aparelhamento com órgãos que efetuam a mediação com diretrizes da política agrária nacional. Além disso, é preciso considerar o efeito da superação ou eliminação de determinadas atividades sobre certos aglomerados urbanos, vindo a favorecer a polarização espacial em outros centros. Alude-se, particularmente, ao esvaziamento das funções de coleta, beneficiamento e comercialização de matérias-primas agrícolas, em face da concorrência de sucedâneos sintéticos, e que rebateu, sobretudo, no Nordeste. Com efeito, aglomerados especializados em tais atividades ou em indústrias tradicionais viram-se afetados, a que se associou o sucateamento do capital acumulado em máquinas e equipamentos. A debilitação de certas funções urbanas decorreu, também, do enfraquecimento do setor atacadista, graças ao sistema de negociações diretas que passou a prevalecer entre produtores e varejo. Os novos mecanismos econômicos levaram à extinção quase total de grandes estabelecimentos, provocando estagnação em cidades tradicionalmente voltadas para aquela atividade.

c — Outro aspecto de reestruturação do espaço urbano reporta-se ao papel que pequenos centros urbanos (menos de 30 mil habitantes) vêm desempenhando em diferentes trechos do Território Nacional. Uma primeira referência diz respeito à especialização industrial que se manifesta em localidades do Sul e principalmente do Sudeste. Essa tendência está certamente associada à expansão adquirida pelo mercado, que implica fragmentação dos processos de trabalho em setores especializados, fazendo progredir a divisão territorial do trabalho. Cabe

considerar, também, que a hipermobilidade adquirida pelo capital concebe o local ou o espaço segundo as possibilidades que oferece para uma produção lucrativa, com o que se amplia o âmbito global dos interesses metropolitanos, assumidos como representação do grande capital. Vários exemplos podem ser apontados nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que compõem a região de maior desenvolvimento econômico, *locus* dos principais pólos metropolitanos do país. Mas esse movimento de desconcentração da indústria, também, se verifica em torno de cidades industrializadas de porte médio, como Blumenau ou Joinville, no que, entre outros fatores, se reconhece uma estratégia de preservação de sua qualidade de vida.

Um novo dinamismo de pequenos centros urbanos pode ser, também, identificado em regiões de prosperidade agrícola recente, como a da lavoura da soja nos cerrados do sudoeste da Bahia. Apoiada na mecanização e na utilização de insumos modernos, essa atividade favoreceu o desenvolvimento urbano, atendendo a aspirações de classe média de uma clientela diversificada, que reúne desde pequenos produtores a representantes de importantes cooperativas e grandes empresas. Em torno de Barreiras, constituída no pólo de comércio e serviços, inclusive o bancário, da região, desenvolvem-se várias localidades, sob iniciativa dos "gaúchos", denominação genérica de produtores vindos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Outro exemplo do papel de cidades pequenas na reestruturação do espaço urbano advém de áreas, como o centro-oeste de Goiás, onde vingam grandes empreendimentos agrícolas. Ao contrário dos centros do sudoeste baiano, cujos padrões de urbanização têm sido moldados por migrantes dotados de relativa ou elevada capitalização, na região goiana os núcleos urbanos representam basicamente locais de reprodução de uma força de trabalho expulsa de um campo que se moderniza (Ferreira, 1987).

Essas formas de reestruturação do espaço urbano que, via de regra, resgatam aglomerados estagnados ou decadentes, contrapõem-se àquelas formas organizadas

pela polarização, na medida em que ensejam a elaboração de pequenas redes urbanas, articuladas a um centro principal.

Como anteriormente mencionado, o quadro urbano brasileiro comporta, igualmente, espaços urbanos ainda em estruturação.

Espaços urbanos em estruturação

Referem-se principalmente a áreas de ocupação recente e relativamente instável.

a — Em primeiro lugar, cabe indicar as regiões de fronteira, como as da Amazônia e suas bordas, que se caracterizam, sobretudo, por situações de conflito em torno da posse da terra, pelo grande potencial político que encerram, pela rápida sucessão de agentes sociais na estruturação do poder local (Becker, 1986b). Caracterizam-se, também, pela intensa mobilidade de uma força de trabalho constituída por assalariados e pequenos produtores sem terra, em contínuo deslocamento na busca de novas oportunidades de sobrevivência.

Segundo trabalhos de Becker (1986a e b), nas áreas de fronteira podem ser distinguidos entre outros:

— centros particularmente vinculados à mobilidade da população, dispendo-se aproximadamente, a cada vinte quilômetros de distância, sobretudo na Amazônia Oriental; apresentam vida efêmera, pois nascem e se extinguem em função daqueles deslocamentos espaciais contínuos dos habitantes;

— centros que se consolidam como mercado de trabalho e como sede de órgãos oficiais, ligados às atividades rurais e ao aparelho político-ideológico do Estado, situados, geralmente, na retaguarda de frentes pioneiras, a exemplo de Araguaína (GO), ou Imperatriz (MA); e

— centros resultantes da colonização dirigida pelo Estado como Itaituba (PA) e Altamira (PA) ou da colonização particular, como Sinop (MT) e Alta Floresta (MT).

b — Constituem, também, espaços urbanos em estruturação, núcleos de caráter auto-suficiente, vinculados a grandes projetos de exploração agromineral, concebidos e geridos de fora. Representam um tipo de centro enclave, que corresponde a uma estratégia espacial da grande empresa transnacional e estatal, freqüentemente em regime de *Joint ventures*, e ocupando vastas

extensões. O Programa Grande Carajás, por exemplo, envolve uma área de 900 mil quilômetros quadrados, tendo sido contemplado com isenção de vários impostos. Conta, além disso, com grandes obras de infraestrutura implantadas pelo Estado, como ferrovia, portos, hidrelétrica e aeroportos.

c — Trechos de periferias metropolitanas representam, igualmente, espaços em estruturação. Caracterizam-se pela instabilidade da ocupação, apresentando padrões espaciais variados e legislação intrincada, a exemplo das franjas urbanas de densidade demográfica rarefeita ou descontínua, das áreas constituídas em reserva de valor, dos loteamentos clandestinos e irregulares, freqüentemente indutores da valorização da terra. Do mesmo modo que as zonas de fronteira, esses espaços detêm grande potencial político e se identificam pela mobilidade da força de trabalho, obrigada a consideráveis deslocamentos diários ou semanais para o centro de suas atividades. Lá também se percebem diferentes agentes sociais na conquista do poder e do espaço: o Estado, incorporadoras, proprietários privados, moradores.

O enfoque adotado para a análise espacial de tendências da urbanização não pretendeu cobrir todo o Território Nacional. Sob esse prisma, outras situações poderiam ser identificadas. Um exemplo remete ao litoral brasileiro, onde se multiplicam residências secundárias, condomínios, marinas, hotéis, expressando formas de valorização capitalista da terra, a que se alia a presença da grande indústria, como a Companhia Nacional de Álcalis, a usina nuclear de Angra dos Reis e outras. Encontram-se, portanto, trechos em reestruturação e trechos em estruturação.

É preciso ainda considerar que o quadro urbano do país apresenta espaços em estabilidade ou estagnação, que correspondem a áreas com menor dinamismo econômico e com crescimentos populacionais urbanos inferiores à média nacional. Têm-se como exemplos Ilhéus (BA), São João del Rei (MG), Campos (RJ) e outros.

· Ressalta-se, assim, que as considerações sobre o quadro urbano brasileiro não se esgotam nas análises apresentadas. Cabe,

porém, acrescentar que as transformações espaciais apontadas estão associadas a determinadas tendências, quais sejam a de novas localizações urbanas, a de satelitização urbana e a de politização do espaço urbano.

Tendências de Novas Localizações Urbanas

Uma primeira observação refere-se precisamente à polarização que certos centros urbanos passam a capitalizar. Trata-se de cidades geralmente privilegiadas pelos investimentos públicos e privados, atendendo, em grande parte, ao requisito de formar mercados concentrados e de desenvolver economias de aglomeração. Reproduzem, assim, padrões de crescimento econômico vigentes no país.

Essas tendências de localização urbana rebatem num movimento marcante da urbanização no Brasil, que é o do seu avanço para o interior, balizado em grandes cidades. Avanço esse que se confirma na extensão contínua formada por centros urbanos do Estado de São Paulo e seus prolongamentos no norte do Paraná e no Triângulo Mineiro; e que encontra ampla representatividade na frente urbana constituída pelas capitais do Centro-Oeste e do Amazonas.

Vale também chamar a atenção para a valorização conquistada por certas posições geográficas. Reconhecem-se posições de contato balizadas por importantes cidades paulistas, como São José do Rio Preto, Ribeirão Preto ou Presidente Prudente, na medida em que marcam um limite entre regiões agrícolas diversificadas do interior do estado e regiões que são basicamente pecuaristas e/ou produtoras de grãos. Essa condição geográfica contribui, certamente, para o poder econômico e nível de vida de que desfrutam aqueles centros.

Por sua vez, as grandes capitais interiores representam pontos de contato entre as regiões mais desenvolvidas do país e as áreas de avanço pioneiro. Goiânia (GO), Cuiabá (MT), Porto Velho (RO) e Campo Grande (MS) são importantes nós de comunicação, sem mencionar Brasília e Manaus. Esse amplo cordão de cidades pode ser referenciado à ideologia da Segurança e Desenvolvimento, que emanou da Escola Su-

perior de Guerra, focalizando a urbanização do interior remoto como base logística de ocupação e de controle do território.

Mas uma outra face da polarização diz respeito ao reforço da concentração nas regiões metropolitanas. Em função de seus elevados limiares de mercado, essas aglomerações ainda tenderiam a ser os focos de atração principais para novos investimentos. Tomando a Região Metropolitana do Rio de Janeiro como exemplo pode-se constatar que existe um projeto de concentração em cogitação, a partir de implantações que estão sendo planejadas, como as do Pólo Petroquímico em Itaguaí, do Pólo do Alumínio em Santa Cruz, dos Pólos de Confecções e de Informática em Jacarepaguá, entre outros.

Estudiosos do assunto indicam, de um lado, que tal tendência parece comprovar que, na realidade, as chamadas deseconomias de aglomeração não constituem fator ponderável para uma efetiva desconcentração de atividades econômicas. Influem para tanto o custo baixo do trabalho e diferenciações insignificantes de impostos, taxas e tarifas de serviços públicos entre centros grandes e pequenos. De outro lado, há os que argumentam que, em determinado momento do processo histórico do sistema urbano, pode-se criar a necessidade de um retorno de investimentos na grande aglomeração, quando o interesse maior é o da economia nacional. Significa dizer que se criam impasses a políticas de desconcentração ou de descentralização, desde que o enfraquecimento econômico da metrópole acarrete prejuízos para o país. Vale cogitar até que ponto as medidas pensadas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro podem ser interpretadas como expressão de uma tal postura. Nesse sentido, haveria conjugação entre a necessidade de superar o propalado esvaziamento econômico da ex-Capital da República e de seu estado, e interesses da política macroeconômica.

Mas, por outro lado, é preciso levar em conta que a mobilização atual em prol de políticas de desconcentração ou de descentralização tem, também, implicações com novas localizações urbanas e rebote, certamente, na questão da reforma tributária, que foi colocada em pauta na Constituinte.

Uma preocupação legítima diz respeito à possibilidade de que a reforma venha a favorecer os principais municípios arrecadadores, deixando marginalizados aqueles de base econômica frágil, incapacitados, deste modo, para gerar impostos. Além das muitas medidas, que estão em debate, cabe assinalar que um projeto de maior equidade social deveria implicar certamente políticas capazes de modificar o perfil econômico de grande número de municípios brasileiros, reforçando, deste modo, novas localizações urbanas.

No que diz respeito especificamente ao processo de transição democrática, cabe considerar até que ponto a descentralização, equacionada apenas em termos espaciais, representaria uma política de efetiva consolidação da democracia. Vale ressaltar que o poder municipal, ainda que dotado de maiores recursos, tem possibilidade de encampar padrões tão autoritários quanto os de modelos do Governo Central. Importa, assim, salientar a necessidade de associar a idéia de descentralização com medidas de reformulação das bases do poder, a partir de uma efetiva participação da sociedade nas esferas de decisão.

Além desses aspectos, tendências de novas localizações urbanas, também, se referem ao papel que pequenas cidades vêm desempenhando em determinados contextos regionais, como já houve oportunidade de mencionar. Os exemplos apontados deixam transparecer o significado que o urbano tem adquirido como suporte logístico para diferentes formas de expansão capitalista no campo. Assim, no sudoeste baiano desenvolvem-se estratégias do capital agrário e agroindustrial, em paralelo ao aparecimento de práticas sociais que pressionam pelo poder e tendem a deslocar elites tradicionais (Lavinhas, 1987); já no território de Goiás, o capital, que investe, sobretudo, na modernização agrícola, logrou alterar as relações de trabalho no campo, expulsando a população para os núcleos urbanos, onde se divide entre lides rurais e proletarização (Ferreira, 1987).

A análise das tendências de novas localizações urbanas, aqui encetada, se articula com a das tendências de "satelitização urbana", na medida em que essas se referen-

ciam à questão da polarização e às suas relações com pequenos centros.

TENDÊNCIAS DE "SATELITIZAÇÃO" URBANA

Uma das vias de formação de tais processos diz respeito à conexão que se elabora entre um centro constituído em principal mercado de trabalho e localidades próximas, para onde se transferem parcelas mais desfavorecidas de seus habitantes. Vale dizer que a polarização conquistada por certas cidades implica, freqüentemente, uma gradativa substituição da população local, particularmente daquela que se vê incapacitada de arcar com custos e preços alcançados pelo mercado imobiliário. A satelitização se caracteriza na dependência que os novos lugares de moradia estabelecem com a cidade central, a partir de deslocamentos geralmente diários da mão-de-obra. Criam-se, deste modo, processos que se referem a um dos mercados fundamentais do capitalismo, como é o mercado de trabalho.

Tais processos não implicam uma continuidade do tecido urbano, à semelhança do que ocorre com freqüência no âmbito espacial de aglomerações urbanas propriamente ditas (Davidovich; Lima, 1975). Ao contrário, a cidade central é separada dos centros subordinados por grandes vazios ou pela ocupação rural. Profundas alterações são produzidas na vida dessas localidades, progressivamente transformadas em núcleos-dormitório, o que, por vezes, tem provocado resistências de seus habitantes, preocupados com o contexto de suburbanização pobre que quase sempre passa a vigir e com a alienação de valores e especificidades urbanas.

Em oposição, a outra face dos processos de satelitização corresponde à preservação da qualidade de vida em algumas grandes cidades, como se observa no interior do Estado de São Paulo e outras regiões do país. Com efeito, Bauru, São José do Rio Preto e Presidente Prudente inserem-se certamente nesse padrão, isto é, contam com proporções importantes de grupos sociais mais favorecidos, enquanto a população menos

qualificada e de renda inferior tende a se dispersar em pequenos centros das proximidades. É efetivamente o que ocorre com Maringá e Sarandi (PR), com São José do Rio Preto e Nova Granada (SP), com Nova Friburgo e Bom Jardim (RJ), para citar apenas alguns exemplos. Por sua vez, na Região Metropolitana de São Paulo, uma cidade como São Caetano do Sul mantém população estável desde os anos 60, evitando deliberadamente o crescimento de habitantes, até com o expediente de fazer valer limitações oficiais impostas à expansão imobiliária. Já o município vizinho de Diadema vem sendo submetido a uma considerável pressão demográfica, a um grande crescimento da construção civil e à proliferação de favelas.

De outra parte, em Cubatão, na Baixada Santista, o principal local de trabalho, que é o grande Núcleo Industrial da Petroquímica e da Siderurgia, até recente data, um dos lugares mais poluídos do planeta, constitui-se na área de residência da força de trabalho de remuneração mais baixa, enquanto os elementos de melhor qualificação e salário é que se deslocam, diariamente, para aquele centro, a partir de moradias situadas em locais mais amenos.

Tais padrões de organização urbana remetem à imagem do Reduto do Bem-Estar (Davidovich, 1988) e à noção de auto-segregação. Padrões esses que representam, de um lado, a concretização de ideologias de classes médias e do seu discurso em prol de uma qualidade de vida superior e expurgada da pobreza. Manifestam-se, assim, preocupações com a preservação ambiental e com medidas para sanar inadequações do uso do solo urbano, refletindo necessidades novas que favorecem a expansão de várias atividades, inclusive daquelas que se dedicam à formulação de planos-diretores para a cidade. Cabe assinalar que essas tendências de organização urbana dizem respeito, sobretudo, a áreas mais desenvolvidas, ao contrário do que ocorre, por exemplo, no Nordeste, onde não tem se caracterizado movimento análogo de expulsão da pobreza nos maiores centros urbanos da região. Mas, além da sua associação com ideologias de classe média, tal modelo urbano pode ser interpretado como expressão

de situações de crise, enquanto forma de administrar recursos sociais escassos e de gerar relações de dominação.

Em tal contexto, elaboram-se tendências à especialização das cidades principais em centros de serviços com níveis elevados de equipamento urbano e "protegidos" por diversas medidas de preservação. Cabe menção, por exemplo, ao papel que a maçonaria exerce em algumas delas, no sentido de impedir o ingresso de elementos considerados indesejáveis e conspurcadores da "cultura" urbana local.

Esse modelo de associação entre polarização e satelitização pode remeter ainda ao conceito do desenvolvimento desigual e combinado, que teria expressão em diferentes escalas espaciais. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, o referido modelo encontra representatividade nos esforços da atual administração municipal em preservar e aprimorar a cidade central, enquanto a pobreza é cada vez mais impelida para periferias distantes. Reconhece-se aí uma inversão das diretrizes seguida pelo Governo anterior que optou por privilegiar os municípios periféricos da Grande São Paulo. Outras escalas espaciais do desenvolvimento desigual e combinado podem ser identificadas nas de condomínios e de bairros exclusivos que se multiplicam principalmente no interior das Regiões Metropolitanas, não raro convivendo com favelas nas vizinhanças, a exemplo da Barra da Tijuca (RJ).

Importa, contudo, salientar que o processo de satelitização apresenta vertentes diferenciadas. O lado "perverso" diz respeito à deterioração das condições de vida das localidades envolvidas, na medida em que se convertem, antes de tudo, em repositórios de uma força de trabalho que presta, geralmente, serviços de baixa remuneração e produtividade nos principais mercados de trabalho urbanos. Em torno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, encontram-se muitos desses aglomerados, cuja mão-de-obra se vê obrigada a percorrer grandes distâncias para atingir o centro de suas atividades. Esse fato, aliado aos custos de transporte, leva os trabalhadores a pernoitar freqüentemente na metrópole e ao relento, só retornando ao convívio familiar

no final de semana. Além disso, os núcleos-dormitório apresentam menores oportunidades de contribuição fiscal, o que, por sua vez, rebate nas dificuldades de conseguir a necessária infra-estrutura urbana. Condições que se agravam em aglomerados que perderam funções industriais e outras atividades, acusando, deste modo, considerável queda de receitas e falta de perspectivas para o futuro.

Uma outra vertente da satelitização diz respeito a processos de desconcentração voluntária da indústria para localidades vizinhas, a partir de centros dotados de atividade industrial importante. Entre outros, citam-se os exemplos de Agudos com relação a Bauru (SP), de Rio do Sul, Brusque ou Indaial com relação a Blumenau (SC), cidades que, a um tempo, oferecem mão-de-obra mais barata e menos reivindicadora, em função mesmo de sua dispersão geográfica. A presença da indústria nesses aglomerados representa maiores possibilidades de arrecadação fiscal e de melhoria do equipamento urbano local. Contudo, a implantação, por vezes, de um único estabelecimento gera situações de excessivo controle sobre a vida da população, dados os laços de dependência que se criam com aquela fonte principal ou exclusiva de emprego.

A análise das tendências da urbanização acima comentadas remete, mais uma vez, ao papel de pequenas cidades na reestruturação do espaço urbano. Cabe menção a novas condições de natureza econômica e política, entre outras, que se criam com os processos de satelitização, o que se constitui em importante veio de pesquisa. Cita-se, como exemplo, a iniciativa da Prefeitura de Nova Friburgo (RJ), que estabeleceu tarifas de ônibus iguais para veículos municipais e para os que servem aos vizinhos centros de Bom Jardim e Duas Barras, constituídos em núcleos-dormitório.

Importa ainda registrar que a satelitização urbana pode acarretar distintas reações nas localidades envolvidas. Em algumas delas desenvolvem-se resistências de natureza variada, desde as que resultam em maior conscientização política, até as que se traduzem em violência e distúrbios contra a sociedade. Em outras, porém, estabelecem-se

o conformismo e a resignação, que acompanham um processo de pauperização da população envolvida; cada vez mais despojada da capacidade de luta, essa população tende a uma progressiva marginalização social, o que, por sua vez, se constitui também em fonte de agressão à sociedade. Tais considerações sugerem uma articulação entre espaço e politização, introduzindo ao tópico que se segue.

TENDÊNCIAS DE POLITIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A idéia de que o espaço urbano tende à politização, segundo uma expressão cunhada por B. Viero Schmidt (1982), pode ser avaliada através de diferentes aspectos.

Uma primeira menção cabe ao papel do planejamento e da aplicação de investimentos na cidade, enquanto instrumental utilizado pelo Governo, para assegurar um desenvolvimento capitalista de base predominantemente urbana. Como afirma aquele autor, ao implementar normas de uso do solo e de ocupação de áreas urbanizadas, além de outras tantas medidas, o Estado contribuiu para politizar a questão urbana. Grande número de leis e de instituições foi criado, sobretudo, a partir de 1970, visando, precisamente, a uma política de desenvolvimento urbano. Além disso, a politização do espaço, também, derivou da atuação de numerosos órgãos oficiais, que se rebatam no urbano, a exemplo do que foi o do Banco Nacional de Habitação, dos Departamentos de Estrada de Rodagem, dos Ministérios que sucessivamente vêm se preocupando com o setor urbano.

A superposição da esfera de ação dessas entidades tem representado sérias dificuldades de coordenação no trato da questão urbana, além de viabilizar a dispersão dos conflitos, em vez de solucioná-los. Tais situações podem, porém, desencadear reações politizantes na população, em função mesmo das resistências que se levantam às restrições impostas pelo aparato legal.

Um outro aspecto da politização do espaço diz respeito às tendências de elaboração

de nova malha territorial no país. Alude-se, primeiramente, aos "fenômenos de escala", que envolvem aglutinação de centros e municípios, revertendo em formas de concentração urbana ou em conjuntos espaciais apoiados num pólo urbano. Em certos casos, a nova malha territorial já foi instituída e gerida pelo aparelho de Estado, a exemplo das Regiões Metropolitanas, das regiões de governo organizadas em São Paulo no Governo Montoro, das regiões Governo-Comunidade, introduzidas no Município do Rio de Janeiro pelo prefeito Saturnino Braga. Mas há, também, formas territoriais ainda não institucionalizadas, que conflitam com a divisão oficial vigente. Trata-se de municípios que se agregam, em função do extravasamento de seus limites oficiais, através da expansão da ocupação populacional e da jornada de trabalho procedente dessas áreas para o município central. Essas formas de concentração urbana foram identificadas como Aglomerações Urbanas abaixo do nível metropolitano (Davidovich; Lima, 1975); constam com tal designação na legislação sobre parcelamento do solo urbano, sendo que as de Florianópolis e Vitória já se apresentam com diplomas legais. O maior número de tais entidades urbanas é encontrado em áreas de atividade industrial importante, a exemplo das de Campinas, São José dos Campos, Americana ou Jundiáí(SP), de Volta Redonda, Barra Mansa(RJ) e de Ipatinga(MG).

Fenômenos de escala, também, se referem aos chamados "fenômenos associativos" que, respaldados no centro urbano principal, vêm ao encontro de interesses locais, voltados para a legitimação de novas "bases regionais", em oposição ao municipalismo tradicional. Essas tendências tiveram manifestações pioneiras nos anos 60, a exemplo do Conselho Metropolitano de Municípios em Porto Alegre e de outros de caráter intermunicipal em São Paulo, cuja evolução foi interrompida com a inauguração do regime militar. Nos dias de hoje, sua representação mais concreta se refere, sobretudo, às associações de novos municípios e aos consórcios municipais.

Tendências de nova malha territorial referenciam-se, também, à formação de novos municípios e de novos Estados-membros

que resultam, via de regra, de interesses e pressões políticas e que implicam a multiplicação de centros urbanos. Menção particular cabe ao surgimento de novas relações de poder que têm até logrado modificar modelos oficiais implantados na região. Em Rondônia, por exemplo, a criação de novas frações administrativas (municípios e distritos) resultou, em boa parte, do espaço vivido por novas forças sociais e políticas, constituídas por parcelas não hegemônicas da sociedade (Becker, 1986b). No Município de Santa Terezinha(MT), o movimento dos posseiros constituiu-se por sua vez em um exemplo bem sucedido de resistência à grande empresa.

Por fim, vale assinalar que a politização do espaço também diz respeito aos movimentos de organização da população em bases territoriais, que encontram representatividade na cidade, no bairro, na comunidade e que se relacionam, em grande parte, a problemas de consumo e do cotidiano. Com efeito, interpretações correntes identificam tais movimentos a reações contra a incapacidade administrativa do Estado em prover infra-estrutura e equipamentos urbanos. Tenderiam, assim, a ser basicamente percebidos como expressão de lutas pela sobrevivência, centrados, antes de tudo, em ações individuais, que bloqueiam as possibilidades de uma organização de caráter coletivo. Críticas são igualmente endereçadas à sua ineficiência e à facilidade de cooptação que oferecem a interesses de frações hegemônicas da sociedade. Entre outros, aponta-se o exemplo dos conselhos Governo-Comunidade implantados no Município do Rio de Janeiro que teriam, precisamente, logrado frear a organização popular e a vivência comunitária.

Parece, porém, válido considerar, também, outros enfoques. Com efeito, a luta pelo espaço pode ser interpretada como uma expressão concreta de problemas da sociedade de nossos dias, no que se reafirma a dimensão espacial de um processo social multidimensional, como o da urbanização. Luta essa que se refere seja à conquista de um pedaço de chão para morar, como o demonstram as invasões, os conflitos dos sem-teto e dos sem-terra, seja à legitimação de uma ocupação. Alude-se aqui

particularmente à favela e aos esforços recentes desenvolvidos por setores da administração municipal do Rio de Janeiro para liberá-la do estigma de marginalização social e transformá-la em bairros populares, a um custo relativamente baixo, calculado em menos de 1 bilhão de dólares (1988).

Nessa perspectiva, pode-se conjecturar que os movimentos em questão têm possibilidade de constituir-se em fator de reformulação de posturas do Estado, na medida em que se imponham como uma realidade concreta, cujo trato exige inovações em métodos e orientação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização envolveu acentuados contrastes entre setores modernos e setores atrasados, inclusive nas práticas políticas, como diversos estudos têm assinalado. Uma questão que se coloca é até que ponto essas características vão se manter ou até que ponto a sociedade brasileira vai evoluir para novas condições.

O Estado de São Paulo detém importantes posições na informática e na pesquisa sofisticada, como a dos supercondutores que estão na agenda da investigação internacional. Centros metropolitanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, mostram atributos que permitem qualificá-los como integrantes de uma chamada "cidade mundial" (Schachar, 1983). Com efeito, essas metrópoles são sede de atividades modernas no setor de comércio e serviços, turismo, lazer, hotelaria, elos principais do país com o mercado mundial através da densidade de fluxos financeiros, de informação e outros, bases mais importantes da acumulação do capital e de articulação do Território Nacional.

Tendência à formação de megalópole consubstancia-se, sobretudo, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, criando novas necessidades relacionadas à complexidade de administração da vida cotidiana, ao aparelhamento de áreas especializadas e ao atendimento de consumo do espaço para populações de baixa renda, alocadas nas periferias urbanas ou afluindo para a favelização no

interior das cidades metropolitanas. A periferização impõe-se, assim, como uma tendência da urbanização, que expressa condições de vida pauperizada e que, com poucas exceções, acusou crescimento populacional maior do que o do município central das Regiões Metropolitanas. Tendência essa que, junto à favelização, ao movimento dos "posseiros" urbanos que se traduz em invasões e na luta pelo espaço, compõe um elenco de "tendências perversas" da urbanização.

Parece, assim, válido chamar a atenção para a importância de analisar e definir "espaços em crise", não só na macroescala, como em outros níveis espaciais. Tal preocupação se referencia ao significado que esses espaços guardam nos processos sócio-espaciais em curso no país, interesse que não é restrito ao campo científico, mas afeito igualmente às perspectivas de ação para uma sociedade em mudança, cujos rumos e opções carecem ainda de definições mais precisas.

Uma imagem de espaço em crise remete, necessariamente, aos centros metropolitanos, em primeiro lugar. Idéia essa que advém do vulto e da premência de solução para questões sociais graves, do nível de conflitos e da multiplicidade de interesses em jogo a partir da própria heterogeneidade social alcançada, além de outros tantos fatores que revelam, de modo dramático, as dificuldades com que se defronta um projeto de reforma urbana. A situação falimentar do Município do Rio de Janeiro é sintomática desses impasses, como expressão mesmo da crise estrutural do setor público. O sentido de um espaço em crise, também, está implícito nas proposições de reorganização e fortalecimento do sistema urbano, enquanto projeto destinado a proporcionar condições territoriais favoráveis à superação de obstáculos enfrentados pelo processo de acumulação.

Mas essas características, referenciadas ao quadro urbano que integrou modelos de crescimento econômico adotados no país, podem sofrer profundas alterações em face dos rumos da economia mundial. No presente texto aludiu-se a uma organização urbana que se associou, em grande parte, à

expansão capitalista do Brasil e ao movimento de transnacionalização do capital em escala planetária, que foi a tônica a partir principalmente dos anos 70. Novas condições emergiram nos dias de hoje, em que se apresentam pelo menos duas tendências. De um lado, caracteriza-se um processo de reconcentração do capital para áreas que detêm o maior poder de compra, os Estados Unidos em particular, áreas nas quais se estruturam os grandes aparatos tecnológicos desse final de século. Fato esse que tem suscitado uma canalização de fluxos de investimentos, vindos de toda parte, para aquelas regiões, e, paralelamente, um declínio de montantes de capital destinados a países da América Latina, a braços com a falta de inversões diretas e com o crescimento da dívida.

Verifica-se, assim, que, no Brasil, a formação bruta de capital, que determina a taxa de investimentos na economia, declinou de 18,1% em 1986 para 17,1% do PIB em 1987, quando ao longo da década de 70 a média foi de 23% do PIB.

Contudo, a despeito desses indicadores e das elevadas taxas de inflação, manifesta-se uma tendência ao recrudescimento de investimentos estrangeiros no país. Dados do Banco Central referem-se a um montante superior a 2 bilhões de dólares, que ingressaram no Brasil em 1988, atraídos pelas possibilidades de conversão da dívida externa. Essas inversões, cujo interesse primordial diz respeito à eletrônica, à petroquímica, à celulose e ao setor bancário, abrem, assim, perspectivas de uma integração maior da economia nacional nos negócios transnacionais.

De qualquer modo, vale a preocupação com a maneira pela qual o quadro urbano brasileiro, compreendido como uma expressão da sociedade e de seu espaço e como um grande montante de capital fixo, vai responder a essas injunções da economia. Mas importa, antes de tudo, reconhecer como grande desafio as decisões políticas que o país deverá tomar, em face de condições históricas complexas e em face da premência de assegurar uma via de desenvolvimento efetivo para toda a sua população.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, L. A.; GAMA de Azevedo, S. Lei do Desenvolvimento urbano; análise política preliminar. *Espaço & Debates*. São Paulo, 4:58-67, 1984.
- BECKER, Bertha K. A crise do Estado e a região; a estratégia de descentralização em questão. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 48(1):43-62, jan./mar. 1986 a.
- _____. *Alta tecnologia, Estado e poder territorial na redefinição da Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro, mimeo, 1986 b.
- CARRIÓN, F. A pesquisa urbana no Equador. *Espaço & Debates*. São Paulo, 23:68-85, 1988.
- CASIMIRO, L. M. Carleial; GONDIM, L. M. de Pontes. Mercado de trabalho, condições de vida e relações de poder na região metropolitana de Fortaleza. *Espaço & Debates*. São Paulo, 20:26-51, 1987.
- CASTELLS, M. *The city and the grassroots; a cross cultural theory of urban social movements*. Los Angeles, University of California Press, 1983, p.289-336.
- CORRAGGIO, J. L. Comunicação apresentada na conferência sobre reestruturação urbana; tendências e desafios. Rio de Janeiro, Associação Internacional de Sociologia, IUPERJ, 1-19, set., 1988.
- DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. M. Buarque de. Contribuição ao estado de aglomerações urbanas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 37 (1): 50-84, jan./mar., 1975.
- DAVIDOVICH, F. Escalas da urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 40 (1): 51-82, jan./mar., 1978.
- _____. Urbanização brasileira, tendências, problemas e desafios. *Espaço & Debates*; as mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 4 (13): 12-29, 1984. Edição Especial.
- _____. Elementos da urbanização no Sudeste do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 49 (2): 139-57, abr./jun., 1987.
- _____. Transformações do quadro urbano brasileiro; período 1970-1980. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 49 (4): 7-23, out./dez., 1987.
- _____. Questões em torno do tema gestão do território. mimeo, 1988.
- FERREIRA, I. Barbosa. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. *A Urbanização da Fronteira*, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2v. p. 3-26, 1987.
- GIBSON, K.; HORWATH, R. Global capital and the restructuring crisis in australian manufacturing. *Economic Geography*. London, 59 (2), 1983.
- LAVINAS, L. A agro-urbanização na fronteira. *A Urbanização na Fronteira*, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987. 1 v. p. 93-108.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris Anthropos, 1974.
- LINS, C. J. Caldas. Desenvolvimento urbano do Nordeste; subsídios para uma política regional. In: *Estudos Nordestinos sobre crescimento Urbano*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 1987. p. 142-65.
- MINGIONE, E. Social factors and Social Stratification in industrialized cities; the new forms of polarization and Social marginalization. In: *Conferência sobre reestruturação urbana; tendências e desafios*. Rio de Janeiro, Associação Internacional de Sociologia, IUPERJ, 1-19 set., 1988.
- MORAES, A. C. R.; MESSIAS, W. de Costa. A valorização do espaço. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1987. p. 196.
- MOURA, A. Sobreira de Política e Direito; a emergência de contradições urbanas e legais. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 1 (1): 69-84, jan./jun., 1985.
- SANTOS, M. Novo espaço, nova urbanização. *Espaço & Debates*. As mudanças na dinâmica urbano-regional e suas perspectivas. São Paulo, 4 (13): 1-5, 1984. Edição especial.
- SCHACHAR, A. *A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global; abordagens políticas de espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. p. 75-97.
- SCHMIDT, B. Viero. A politização do espaço urbano no Brasil. *Espaço & Debates*. São Paulo, 2 (5): 15-80, mar./jun., 1982.
- SLATER, D. Capitalismo e urbanização na periferia; problemas de interpretação e análise referentes à América Latina. *Espaço & Debates*. São Paulo, 23:96-109, 1988.

RESUMO

A preocupação central do trabalho é de interpretar tendências da urbanização através de transformações recentes de seu contexto espacial, referenciado ao modelo urbano industrial desenvolvido pela economia capitalista no país. Formas de inserção do espaço nesses rumos da política econômica têm, esquematicamente, representação em alguns circuitos ou escalas da urbanização (metropolização, funções regionais, fronteira de recursos), que expressam uma divisão territorial do trabalho em curso no espaço nacional.

Tal modelo não é estanque, já que diz respeito a um quadro urbano em reestruturação, decorrente do processo de valorização capitalista do espaço ao longo do tempo. Distinguiram-se: (a) espaços urbanos em reestruturação, envolvendo principalmente a reforma urbana em regiões metropolitanas, a subversão de redes hierarquizadas de centros em alguns contextos regionais, o papel de pequenos centros em diferentes trechos do Território Nacional; (b) espaços urbanos em estruturação, envolvendo áreas de ocupação recente e relativamente instável, como as regiões de fronteiras e setores de periferias metropolitanas.

Nesse contexto, identificaram-se como principais tendências da urbanização: a de novas localizações urbanas, referenciadas basicamente à polarização capitalizada pelas metrópoles e também por certas cidades, e a implicações de descentralização contidas na atual reforma tributária; a da "satelitização" urbana que diz respeito às relações entre determinados mercados de trabalho urbano e localidades convertidas em núcleos-dormitório ou em lugares de desconcentração da indústria; a da politização do espaço urbano, em que sobressai a elaboração de nova malha territorial no país, compreendendo fenômenos de escala, como as aglomerações urbanas, fenômenos "associativos", como as associações de municípios, e a multiplicação de centros urbanos, como o aparecimento de novos Estados-membros.

Nas considerações finais, ressaltou-se a importância de definir e estudar "espaços em crise", como os centros metropolitanos e outros no país. Ressaltou-se, também, a preocupação com a maneira pela qual o quadro urbano brasileiro, compreendido como expressão da sociedade e de seu espaço e como um grande montante de capital fixo, vai responder a novas injunções econômicas e políticas, associadas a interesses nacionais e internacionais.